

## Portaria nº 83-N, de 26 de setembro de 1991

A Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 e artigo 83, item VII do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 445, de 16 de agosto de 1989, tendo em vista o disposto no artigo 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965<sup>1</sup>, resolve:

**Art. 1º.** Fica proibido o corte e exploração da Aroeira legítima ou Aroeira do Sertão (*Astronium urundeuva*), das Baraúnas (*Melanoxylon brauna* e *Schinopsis brasiliensis*), do Gonçalo Alves (*Astronium fraxinifolium*) em Floresta Primária.

Parágrafo único. Entende-se por Floresta Primária a vegetação arbórea denominada floresta estacional semidecidual onde estão caracterizadas as florestas aluvial e submontana. Apresentam-se estruturalmente compostas de árvores altas e fustes normalmente finos e retilíneos. Nessa formação existe uma densa submata de arbustos e uma enorme quantidade de plântulas de regeneração. Dentre os arbustos destacam-se representantes das famílias *Myrtaceae*, *Melastomataceae* e *Rubiaceae*.

**Art. 2º.** A exploração da Aroeira ou Aroeira do Sertão (*Astronium urundeuva*) das Baraúnas ou Braunas (*Melanoxylon brauna* e *Schinopsis brasiliensis*) e do Gonçalo Alves (*Astronium fraxinifolium*) em Floresta Secundária, só poderá ser efetivada através de Plano de Manejo Florestal de Rendimento Sustentado, dependendo de projeto previamente aprovado pelo Ibama.

Parágrafo único. Entende-se por Floresta Secundária, aquela onde há surgimento de espécies arbóreas tais como Sucupira (*Bondichia spp* e *Pterodon spp*), Carvoeiro (*Sclerolobium spp*), Piqui (*Caryocar spp*), Aroeira (*Astronium spp*), Baraúnas ou Braunas (*Melanoxylon brauna* e *Schinopsis brasiliensis*), Gonçalo Alves (*Astronium spp*), entre outros, e uma formação de porte e estrutura diversa onde se constata modificações na sua composição que na maioria das vezes devido a atividade do homem, podendo apresentar-se em processo de degradação ou mesmo em recuperação.

<sup>1</sup> Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág 60, neste Tema.

**Art. 3º.** A exploração da Aroeira Legítima ou Aroeira do Sertão (*Astronium urundeuva*), das Braunas ou Baraúnas (*Melanoxylon brauna* e *Schinopsis brasiliensis*) e do Gonçalves Alves (*Astronium fraxinifolium*) nos estágios de vegetação denominados de cerradão e cerrado só poderão ser efetivados através de Planos de Manejo Sustentado previamente aprovados pelo Ibama.

§ 1º. Entende-se por cerradão a vegetação xeromórfica, de esgalhamento profuso, provida de grandes folhas coriáceas, perenes em sua maioria e com casca corticosa não apresentando estrato arbustivo nítido, e o estrato graminoso é distribuído em tufos dispersos, entremeados de plantas lenhosas raquíticas.

§ 2º. Entende-se por cerrado forma de vegetação xenomórfica com fisionomias diversas, de arbórea-lenhosa, com porte quase florestal, a gramíneo-lenhosa onde se destacam as espécies de Angico-jacaré, (*Piptadenia spp*), Aroeira (*Astronium spp*), Jacarandá (*Machaerium spp*) entre outros.

**Art. 4º.** As espécies florestais indicadas no art. 1º do Decreto de 31 de maio de 1991, provenientes dos estoques declarados nos termos do art. 4º poderão ser transportados e comercializados, mediante Guias Florestais identificados com carimbo especial ou declaração equivalente da Gerência Técnica do Ibama.<sup>2</sup>

**Art. 5º.** Fica proibida a exploração em qualquer tipo de formação florestal das espécies Aroeira legítima ou Aroeira do Sertão (*Astronium urundeuva*); Braunas ou Baraúnas (*Melanoxylon brauna* e *Schinopsis brasiliensis*) e Gonçalves Alves (*Astronium fraxinifolium*) em áreas de preservação permanente, conforme estabelecem os artigos 2º e 3º da Lei nº 4.771/65 e as alterações da Lei 7.803, de 18 de julho de 1989.

**Art. 6º.** Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Tânia Maria Tonelli Munhoz  
Presidente

(DOU de 30.09.91)

---

<sup>2</sup> A Portaria nº 38, de 26 de fevereiro de 1992 suspendeu o fornecimento e proibiu o uso da Guia Florestal em todo o território nacional

- A Portaria nº 139, de 5 de junho de 1992 instituiu a Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF, pág. 214, neste Tema.
- A Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993 regulamentou o uso da ATPF e do Regime Especial de Transporte — RET, pág. 226, neste Tema.